

ECOTURISMO: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Aline de Jesus Pinto¹
Uilma Neire de J. Pinto²

Resumo

O setor de turismo, denominado Ecoturismo, é um dos que mais tem crescido nos últimos anos, sendo necessário pensá-lo de forma verdadeiramente sustentável. Esta atividade está diretamente ligada ao meio ambiente, sendo capaz de expor o patrimônio natural e cultural. Visando minimizar os impactos, preservando a riqueza ambiental e a qualidade de vida das comunidades envolvidas, sua prática deve possibilitar uma nova consciência a todos.

Palavras-Chave: Ecoturismo, sustentável, meio ambiente.

Abstract

The sector of tourism, called Ecoturismo, is one of that more it has grown in recent years, being necessary to think it of truly sustainable form. This activity is directly on to the environment, being capable to display natural and cultural the patrimony. Aiming at to minimize the impacts, preserving the ambient wealth and the quality of life of the involved communities, practical its must make possible a new conscience to all.

Keywords: Ecoturismo, sustainable, environment.

Introdução

As conseqüências projetadas no mundo em função de um crescimento econômico a qualquer custo, caracterizado na acumulação, cada vez mais rápida, de materiais, energia e riqueza, na destruição dos sistemas de sustentação da vida e na aposta constante nos resultados da tecnociência para minimizar os efeitos causados por esse tipo de crescimento provocam, hoje, a necessidade de criar novos paradigmas que possibilitem amenizar tais efeitos. Para Sachs (1998), o crescimento econômico não deve ser aquele que conhecemos há décadas, o qual externaliza livremente os custos sociais e ambientais e alarga a desigualdade social e econômica. É necessário pensar em um desenvolvimento que leve em conta a sustentabilidade em todas as suas variantes. Onde as dimensões sociais, ecológicas e econômicas possibilitem integrar a conservação e o desenvolvimento, satisfazer as necessidades humanas fundamentais, perseguir a equidade e a justiça social, manter a integridade ecológica, buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural.

¹ Licenciada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), concluinte do Curso de Pós graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento/UESB (Campus de Itapetinga-Ba). E-mail: enilap2@yahoo.com.br. Endereço residencial: Rua Laudiceia Gusmão, nº 284, apto. 306, Centro, CEP 45035-505, Vitória da Conquista-BA.

² Licenciada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Professora da Rede Municipal de Itaberaba-BA. Endereço residencial: Rua Laudiceia Gusmão, nº 284, apto. 306, Centro, CEP 45035-505, Vitória da Conquista-BA.

O equilíbrio pretendido entre a atividade humana, o desenvolvimento e a proteção do ambiente exige uma repartição de responsabilidades eqüitativas e claramente definidas com relação ao consumo e ao comportamento face aos recursos naturais. Isso implica a integração de considerações ambientais, na formulação e implementação de políticas econômicas e setoriais, nas decisões das autoridades públicas, na operação e desenvolvimento nos processos de produção e nos comportamentos e escolhas individuais [...] O termo sustentabilidade é um conceito que envolve longo prazo, assegurando a inclusão e coesão social num processo de desenvolvimento integrado... (CABRAL; ANTUNES, 2005, p. 30)

Alicerçado no novo paradigma, a questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade em geral. Neste sentido, torna-se necessário e imprescindível repensar o papel das atividades econômicas dentro do processo de crescimento verificado neste início de século. Com base nesta nova conjuntura, vários setores econômicos, em face da competitividade dos mercados e das exigências de demanda, têm buscado adotar novas posturas ambientais. Neste sentido o presente trabalho tem como objetivo analisar o segmento turístico denominado Ecoturismo, seus princípios conceituais e a Política Nacional que versa sobre a atividade. Como recursos metodológicos o trabalho centrou-se na análise de fontes bibliográficas e documentais.

1. Conceituação e Política Nacional do Ecoturismo

Considerando o setor de turismo como um dos que mais cresce nos últimos anos, torna-se imprescindível uma mudança de concepção. Sendo oportuno ressaltar que, quando falamos em turismo, versamos de uma atividade econômica representada pela compra e venda de serviços turísticos, ou seja, o que se negocia são paisagens tanto naturais como histórico-culturais. A natureza é o produto a ser vendido, se o ecoturismo não for planejado corretamente, acaba se transformando num fator de poluição e destruição. A insatisfação com o chamado “turismo de massas”, juntamente com o crescimento de uma consciência ecológica, aumentou a demanda por viagens baseadas na natureza. Sendo assim, este segmento turístico, popularmente conhecido como Ecoturismo, representa uma tendência mundial em crescimento e responde a várias demandas, desde a prática do esporte radical ao estudo científico dos ecossistemas.

Segundo a Embratur (1994) esta atividade tem atraído cada vez mais pessoas interessadas em caminhadas, passeios de observação e em aprender sobre a preservação de nossa rica fauna e flora. O Brasil destaca-se, mundialmente, entre os destinos que oferecem mais opções nesse segmento turístico, são 8,5 milhões de Km² de Reservas Naturais, Áreas de Conservação Ambiental e Parques Nacionais – muitos deles considerados Patrimônio Natural da Humanidade –, espalhados de norte a sul no País. O ecoturismo desempenha um importante papel na reconversão de espaços turísticos degradados esteticamente e ambientalmente pelo processo de ocupação não planejado, ou ainda, uma estratégia que busca fomentar o desenvolvimento econômico sustentável dessas regiões.

A origem do termo “*eco tourism*”, não está muito definida, mas especula-se que W. Retzer o utilizou pela primeira vez em 1965, identificando quatro princípios para o turismo responsável:

1. Respeitar as culturas locais;
2. Minimizar impactos ambientais;
3. Maximizar satisfação do visitante;
4. Maximizar benefícios para as comunidades locais.

Segundo Cabral e Antunes (2005), a essência do ecoturismo reside em três dimensões, baseado na natureza envolve informação e aprendizagem ambiental, gestão e operação sustentável. Em 1999, Sheryl Ross e Geoffrey Wall estabeleceram as funções fundamentais baseadas nas três dimensões do ecoturismo: educação, áreas de proteção naturais, geração de renda, participação local e qualidade de experiência turística. Como atividade econômica tem se desenvolvido sob formas e contextos variados, sendo válido observar que a existência de uma numerosa e diversificada gama de agentes, com interesses e percepções distintas sobre a atividade, torna arriscado a possibilidade de uma definição que seja universalmente aceita.

Etimologicamente falando, o termo “eco” deriva do prefixo de origem grega “*oikos*”, que significa lar ou habitat. Assim sendo, em uma primeira instância, ecoturismo significaria um deslocamento de pessoas interessadas em conhecer o nosso planeta, nossa casa e habitats, podendo ser definido como: viagem responsável para áreas naturais que conserva o meio ambiente e sustenta o bem-estar das populações locais. Para Beni (1999), é uma denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado, iniciativa privada ou controlados em parceria com associações locais e Organizações não Governamentais (ONGs). Pressupõe sempre uma utilização controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e suporte do local, monitoramento e avaliação constante, com plano de manejo e sistema de gestão responsável. O mesmo autor ressalta que todas as atividades designadas como ecoturismo podem, em geral, serem realizadas desde que rigorosamente observadas as restrições de uso desses espaços. Para que uma atividade se classifique como ecoturismo, são necessárias quatro condições básicas: respeito às comunidades locais, envolvimento econômico efetivo das comunidades locais, respeito às condições naturais e conservação do meio ambiente e interação educacional.

De acordo com o Código de Ética difundido pela Organização Mundial do Turismo (OMT), os empreendedores do setor de turismo, bem como os profissionais da atividade e turistas, devem observar as condições naturais do ambiente, bem como as tradições culturais e sociais e as práticas de todas as populações nativas. Neste sentido, a atividade turística deve ser conduzida em harmonia com a natureza e com os atributos e tradições dos núcleos turísticos receptores e em respeito com suas leis, práticas e costumes.

A despeito do que se convencionou acreditar, a popularização do ecoturismo, na forma pela qual ele tem sido explorado, não tem conduzido ao ecodesenvolvimento, na medida em que se esperava (BRANDON, 1995 apud SPINOLA, 2003). De fato, em princípio, o ecoturismo pode desencadear um processo de desenvolvimento em bases sustentáveis, mas isso não é o que frequentemente ocorre na prática. Western (1993) afirmou que, dependendo de como for administrado, ele pode ser mais nocivo que o turismo em grande escala. Para este pesquisador:

ecoturismo é muito mais do que uma pequena elite de amantes da natureza. É na verdade um amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem econômica, ambiental e social [...] ecoturismo, em outras palavras, envolve tanto um sério comprometimento com a natureza como com a responsabilidade social [...] o ecoturismo está deixando de definir-se como turismo de natureza de pequena escala para estabelecer-se como um conjunto de princípios aplicáveis a qualquer tipo de turismo que se relacione com a natureza [...] o que importa não é a escala ou o objetivo, mas o impacto. (WESTERN, 1993, p. 16).

Com intuito de desenvolver a atividade ecoturística da forma como é preconizada e considerando que essa definição deixa a desejar quando analisado sob casos concretos, algumas medidas foram necessárias para alterar a forma desestruturada de um turismo que se denominou popularmente como ecoturismo em algumas regiões. Com a ampliação da demanda e da oferta, a atividade passou a chamar a atenção das autoridades governamentais brasileiras que trataram de estabelecer programas específicos para este segmento. Neste sentido, o governo federal vem trabalhando para eliminar a desarticulação e as eventuais impropriedades presentes nos atuais empreendimentos deste segmento, buscando descentralizar a gestão e o planejamento turístico, a partir do princípio da sustentabilidade. Entendendo que a atividade deveria ter uma estrutura sólida, acessível e permanente, determinou que ela estivesse alicerçada em diretrizes coerentes com o mercado, tecnologicamente ajustado e democraticamente discutidas, de forma a acomodar adequadamente as peculiaridades ambientais e culturais brasileiras. Neste sentido, foi lançando em 1994 o documento "Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo" que de forma sintética, estabelece: Regulamentação do ecoturismo; Fortalecimento e interação interinstitucional; Formação e capacitação de recursos humanos; Implantação e adequação de infraestrutura; Informação e orientação ao turista sobre conduta adequada e, Incentivo à participação comunitária, para que as populações envolvidas percebam no ecoturismo uma alternativa econômica viável.

A articulação governamental com ONGs e com a iniciativa privada, visando, a médios e longos prazos, a formação de recursos humanos especializados e a implementação de infra-estrutura adequada são considerados fatores determinantes para o desenvolvimento ordenado do ecoturismo no Brasil. Vale registrar que os municípios brasileiros são orientados também por leis federais e estaduais, tais como, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Crimes Ambientais de 1998 e o Código Estadual de Meio Ambiente. Estes instrumentos legais vêm sendo observados no processo de zoneamento, fiscalização do uso do solo e no monitoramento da proteção ambiental local.

Referências

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 3 ed. São Paulo: SENAC, 1999.

CABRAL, Daniela Holf; ANTUNES, Renato B. *Ecoturismo no Litoral Norte de São. Universidade São Marcos*, São Paulo, 2005.

EMBRATUR/IBAMA. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília, 1994.

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI*. In: Endres, Ana. *Sustentabilidade e Ecoturismo: Conflitos e Soluções a Caminho do Desenvolvimento*. Turismo em Análise; 09/05/1998; 1998.

SPINOLA, C. A.. *Ecoturismo na Bahia - Potencial e Equívocos da Atividade no Estado*. In: *Além do Sol e da Praia: Novas alternativas para o turismo na Bahia*, 2003, Salvador. Cadernos de Análise Regional: Além do Sol e da Praia: Novas alternativas para o turismo na Bahia. Salvador:Universidade Salvador, 2003. v. 4.

WESTERN, David. *Definindo Ecoturismo*. In: Lindberg, K. & Hawkings, D. *Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 1993.